

## A VISÃO INDUSTRIAL DESENVOLVIMENTISTA E A DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA

José Elesbão de Almeida

**RESUMO:** Este artigo visa resgatar as idéias de Prebisch, Cardoso e Furtado acerca dos efeitos provocados pelo processo de industrialização nas economias latino-americanas, sobretudo, a brasileira, na perspectiva de comparar as opiniões desses autores sobre as perspectivas, alternativas e formas de superação da trajetória do subdesenvolvimento e da dependência. Assim, enquanto Prebisch via na industrialização racionalmente planejada pelo Estado a principal via de superação do subdesenvolvimento e até mesmo de consolidação da autonomia e desenvolvimento da região, Cardoso, ao contrário, assevera que a industrialização preconizada por Prebisch e consubstanciada no âmbito da Cepal, não só era incompatível com as condições prevalentes na região, como não trazia as conseqüências esperadas. Levando em conta o malogro da experiência brasileira, Cardoso postula que a única alternativa factível que se apresentava era a abertura à entrada do capital estrangeiro. Já para Furtado esse processo contribuía para aprofundar ainda mais o subdesenvolvimento e com ele a de dependência, dado que era inconcebível pensar em desenvolvimento diante da dependência. Dessa forma, a despeito de Furtado demonstrar certo ceticismo quanto à possibilidade de ruptura com a trajetória do subdesenvolvimento, ele sugere algumas estratégias para a sua reversão.

**PALAVRAS-CHAVE:** industrialização, subdesenvolvimento e dependência.

**Área:** HEG

José Elesbão de Almeida  
Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN  
Mestre em Economia e Doutorando em Economia do Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGE/UFRGS

**Endereço:**

Rua Professor Carvalho de Freitas, 555 – Apto. 301

Bairro: Teresópolis

CEP: 91.720-090

Porto Alegre – RS

Tel.: (51) 3352-6588/9293-0727

E-mail: [jose.elesbao@uol.com.br](mailto:jose.elesbao@uol.com.br)

## A VISÃO INDUSTRIAL DESENVOLVIMENTISTA E A DEPENDÊNCIA DA TRAJETÓRIA

José Elesbão de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo visa resgatar as idéias de Prebisch, Cardoso e Furtado acerca dos efeitos provocados pelo processo de industrialização nas economias latino-americanas, sobretudo, a brasileira, na perspectiva de comparar as opiniões desses autores sobre as perspectivas, alternativas e formas de superação da trajetória do subdesenvolvimento e da dependência. Assim, enquanto Prebisch via na industrialização racionalmente planejada pelo Estado a principal via de superação do subdesenvolvimento e até mesmo de consolidação da autonomia e desenvolvimento da região, Cardoso, ao contrário, assevera que a industrialização preconizada por Prebisch e consubstanciada no âmbito da Cepal, não só era incompatível com as condições prevalentes na região, como não trazia as conseqüências esperadas. Levando em conta o malogro da experiência brasileira, Cardoso postula que a única alternativa factível que se apresentava era a abertura à entrada do capital estrangeiro. Já para Furtado esse processo contribuía para aprofundar ainda mais o subdesenvolvimento e com ele a de dependência, dado que era inconcebível pensar em desenvolvimento diante da dependência. Dessa forma, a despeito de Furtado demonstrar certo ceticismo quanto à possibilidade de ruptura com a trajetória do subdesenvolvimento, ele sugere algumas estratégias para a sua reversão.

**PALAVRAS-CHAVE:** industrialização, subdesenvolvimento e dependência.

### 1. Introdução

Embora o conceito de desenvolvimento, que na maior parte das vezes era visto como sinônimo de crescimento econômico remonte-se a um longo período histórico, que não convém repisar no âmbito deste trabalho, é interessante destacar que foi somente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial que a concepção de desenvolvimento despertou atenção geral e abriu espaço para uma acalorada discussão sobre a necessidade de reformulação do seu conceito. Até então, o desenvolvimento era visto apenas como sinônimo de crescimento econômico. Era comum para a maior parte dos economistas e cientistas políticos, assim como para as autoridades governamentais, que um simples incremento na renda *per capita* ou no produto nacional bruto de um país significasse desenvolvimento, ou seja, o total de bens e serviços que eram produzidos, por si só, já significava desenvolvimento econômico.

As reflexões que emergiram a partir dos debates sobre a economia do desenvolvimento no Pós-Guerra resultaram na publicação de uma série de trabalhos acadêmicos entre os anos 1950 e 1960, entre os quais cabe destacar os de Singer (1950), Furtado (1952), Rostow (1961), Schumpeter (1961), Wallich (1969), Nurkse (1969), Lewis (1969), entre outros. Esses trabalhos serviram de ponto de partida para uma grande atividade acadêmica e um entusiasmado debate intelectual acerca do verdadeiro sentido do desenvolvimento, o que resultou na formulação de uma nova concepção mundial em torno da categoria desenvolvimento. A rigor, faltava incorporar à noção de crescimento econômico (vista como desenvolvimento) as mudanças sociais concomitantes ou que deveriam se fazer acompanhar do crescimento.

Paralelamente às discussões sobre desenvolvimento – de uma perspectiva econômica e social – surgiram também as primeiras reflexões a respeito do termo subdesenvolvimento<sup>2</sup>. As razões pelas quais

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da UERN e doutorando em Economia do Desenvolvimento no PPGE/UFRGS. E-mail: [jose.elesbao@uol.com.br](mailto:jose.elesbao@uol.com.br)

alguns países se desenvolviam de forma acelerada, enquanto outros permaneciam estáticos, abriu um precedente para o surgimento de uma discussão a respeito da economia do subdesenvolvimento. Em termos históricos, ainda que se possa encontrar alguma idéia útil sobre a concepção de subdesenvolvimento nos economistas clássicos do século XIX, esta só veio despertar interesse como problemática de estudo sério no pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, o surgimento dos trabalhos de Baran (1952), Rosenstein-Rodan (1969), Viner (1969), Eckhaus (1969), Myrdal (1968), Chiang (1969), Touraine (1969) e Betelheim (1969), contribuíram para iniciar o debate e elevar o nível das análises sobre a temática do subdesenvolvimento, ainda que de ângulos bem diferentes.

No que se refere à América Latina e ao Brasil – que é o que nos interessa para os efeitos deste trabalho – as primeiras reflexões acerca dos termos desenvolvimento e subdesenvolvimento surgem com a criação da Comissão Econômica para América Latina<sup>3</sup> (Cepal – de agora em diante), em 1948, com sede em Santiago, capital do Chile, país autor da proposta e que tanto se empenhou pela sua aprovação.

Nesse contexto, a proposição a ser perseguida por este texto é bastante modesta e consiste apenas em resgatar as idéias de Prebisch, Cardoso e Furtado acerca dos efeitos provocados pelo processo de industrialização nas economias latino-americanas, particularmente, na brasileira, com o intuito de comparar as três visões epistemológicas sobre as perspectivas, alternativas e formas de superação da trajetória do subdesenvolvimento e da incômoda situação de dependência da economia brasileira.

O trabalho está organizado em três seções, além dessa breve introdução e das considerações finais. Assim, a seguir vamos fazer um preâmbulo sobre as idéias de Prebisch e as matrizes do pensamento *cepalino* (*cepalista* ou *cepaliano*), procurando destacar a importância que teve a Cepal para a América Latina, notadamente, no que respeita à reflexão e inspiração na formação de uma linha de pensamento social própria na região, em que tem lugar privilegiado, entre outros estudos, os que foram desenvolvidos por Furtado e Cardoso, em seus esforços para compreenderem e interpretar as singularidades do Brasil no seu todo. Foi a partir do debate iniciado na Cepal que Furtado e Cardoso desenvolveram e aprofundaram suas idéias sobre a formação do Brasil e se destacaram internacionalmente como pensadores de visão angular, preocupados em entender as razões do atraso econômico brasileiro e latino-americano em sua essência.

## **2. A visão industrial desenvolvimentista cepaliana**

A criação da Cepal foi fruto de um fervoroso debate que se iniciou no pós-guerra em torno das assimetrias causadas pelo desenvolvimento acelerado de alguns países e o não desenvolvimento ou retardamento de outros, em particular, dos países latino-americanos. Foi com a preocupação de investigar a

---

<sup>2</sup> Convém recordar, que antes disso, o subdesenvolvimento já haviam sido motivo de preocupação do médico e cientista social brasileiro Josué de Castro, em seus estudos sobre o problema da fome no Brasil e no mundo nos anos 1930/40, o que resultou na publicação de duas obras magistrais *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), as quais tiveram impacto mundial e selaram o seu passaporte à presidência do conselho da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1952, onde se destacou mundialmente ao propor uma política universal contra o subdesenvolvimento, a qual chegou a influenciar grande parte do debate contra a gravidade do fenômeno da fome no mundo (CASTRO, 1983).

<sup>3</sup> A CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 25/02/1948, pela Resolução N° 106 do Conselho Econômico e Social (CES) da Organização das nações Unidas (ONU), e desde então tem sua sede em Santiago, Chile. Em 27/07/1984, a Resolução N° 67 do CES/ONU, alterou a área de atuação para a região caribenha, passando então a chamar-se: Comissão Econômica para América Latina e Caribe, mas mantendo a mesma sigla de 1948. Sua área de atuação compreende 48 países e 8 membros associados (territórios não independentes) do Caribe. A CEPAL foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

irracionalidade do desenvolvimento capitalista na periferia, mais particularmente na América Latina, que a Cepal ganhou projeção regional e internacional, como uma escola de pensamento social particular, formadora de idéias e de quadros técnicos. Destarte, uma das primeiras iniciativas de Raul Prebisch (primeiro dirigente do órgão) e do pequeno e seletivo grupo de pesquisadores que se constituiu em torno daquela instituição de planejamento foi compilar um estudo minucioso sobre as causas do atraso econômico da América Latina, visando a criação de uma política alternativa de desenvolvimento para a região.

O pressuposto básico da tese *cepalista*, em sua forma mais sintética, consiste em afirmar a existência de um estrangulamento externo e interno do desenvolvimento, a vigência negativa de uma volumosa situação de deterioração dos termos de intercâmbios no comércio internacional, a existência de um mercado desequilíbrio entre o centro e a periferia, além de defender a necessidade de integração econômica da América Latina e, por fim, recomendar uma ação deliberada e racional sobre os agentes econômicos, mediante uma eficaz intervenção do aparelho estatal.

Baseado nos pressupostos teóricos acima delineados, os primeiros estudos desenvolvidos pela Cepal<sup>4</sup>, sob a coordenação de Raul Prebisch, indicaram que o atraso econômico da América Latina era resultado da perda dos termos de intercâmbio<sup>5</sup> que se dava no âmbito das relações comerciais internacionais, envolvendo o comércio de produtos primários exportados pelos países periféricos e os produtos manufaturados exportados pelos países centrais (PREBISCH, 1949). Apoiando-se na experiência proporcionada por sua participação em órgão de comando da economia da Argentina, Prebisch percebeu claramente que a especialização no comércio de bens primários gerava uma troca desigual de valores em detrimento dos países periféricos, uma vez que os preços dos produtos primários tendiam a baixar secularmente enquanto os preços dos produtos manufaturados tendiam a subir ou estabilizar-se<sup>6</sup>. As explicações para a queda de preços dos produtos primários fundavam-se no limite à capacidade de expansão do consumo desses bens por parte das famílias (dos países centrais) à medida que suas rendas aumentavam<sup>7</sup>.

Em verdade, desde a crise de 1929, a especialização na produção e exportação de bens primários já havia revelado seus limites como base de sustentação para desencadear um processo desenvolvimento nos países produtores/exportadores daqueles produtos, não só pela queda acentuada nos preços daqueles bens durante a recessão que se seguiu à crise da Bolsa de Valores de Nova York, mas também por que, nas indústrias dos países centrais, muitos dos produtos primários já vinham sendo substituídos por materiais sintéticos e/ou sendo produzidos localmente, o que implicava em redução do consumo dos bens primários importados dos países periféricos, especialmente de matérias-primas, trazendo como resultado as contínuas e

---

<sup>4</sup> Os dois primeiros estudos que constituem as matrizes originais do pensamento da Cepal são: “*El Desarrollo Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*” e “*Estudio Económico de América Latina, 1949*”, ambos escritos por Raul Prebisch (1949).

<sup>5</sup> Convém lembrar que a “tese da perda dos termos de intercâmbio” foi formulada mais ou menos à mesma época por Prebisch e Singer, razão pela qual a mesma ficou conhecida como teoria Prebisch-Singer. Os textos em que essa tese aparece tomaram por base os dados estatísticos de um documento da Organização das Nações Unidas, de 1949, sobre os “*Post War Price Relations*” do comércio internacional. Os textos são: PREBISCH, Raul. “*El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*” (1949) e SINGER, Hans W. “*The distribution of gains between investing and borrowing countries*” (1950).

<sup>6</sup> Embora se reconheça que os desequilíbrios nos balanços de pagamentos já tinham sido objeto de outros estudos, o que singulariza o trabalho de Prebisch é o fato de ter colocado o problema no âmbito do desenvolvimento da economia capitalista, sob o ângulo da propagação do progresso técnico.

<sup>7</sup> A rigor, tratava-se de uma lei que já havia sido formulada anteriormente pelo estatístico alemão Engels, em seus estudos acerca dos orçamentos familiares.

demasiadas quedas nos preços daqueles bens. Para Prebisch, esse processo favorecia duplamente a concentração nos países centrais, pois, por um lado, fazia com que os frutos das inovações tecnológicas fossem retidos pelos países centrais e, por outro, ainda captava parte do acanhado progresso que era gerado na periferia, desviando a acumulação em favor dos países centrais.

Assim sendo, de acordo com a tese *prebischiana e cepalista*, as relações econômicas entre o centro e a periferia tendiam a reproduzir o subdesenvolvimento, o qual era resultado da escassez de capital e da baixa produtividade prevalecente na região – situação que tendia a se aprofundar com a especialização primário-exportadora – alargando ainda mais o crescimento das desigualdades econômicas entre os países desenvolvidos (centrais) e os atrasados (periféricos), o que justificava a necessidade de se fazer um esforço teórico não ortodoxo para compreender as sociedades atrasadas. Na tentativa de romper com essa situação paradoxal inerente à periferia, Prebisch chegou à conclusão que era preciso rever o postulado ortodoxo, pois diferentemente do que este afirmava, as premissas das vantagens comparativas e da mão invisível do mercado, em vez de corrigir as distorções econômicas entre o centro e a periferia, tendiam aprofundá-las ainda mais (PREBISCH, 1998a), fazendo com que o subdesenvolvimento se perpetuasse.

Fica bastante claro, que o argumento central da análise de Prebisch constitui uma crítica radical à teoria do comércio internacional fundada nos modelos clássico (de Ricardo) e neoclássico (de Heckscher-Onlin)<sup>8</sup>. Em referência à tese *prebischiana*, Furtado (1985, p. 61) afirma que: “*Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração da renda em benefício dos centros industrializados*”. Grosso modo, para as concepções clássica-neoclássicas então vigentes, existiam alguns países em que as vantagens comparativas repousariam na produção de bens primários, enquanto outros estariam destinados à produção industrial. Sendo assim, o desnível de produtividade existente entre uma atividade e outra não representaria nenhum problema, pois, as diferenças existentes na quantidade de capital empregada, assim como na produtividade dos fatores e nas rendas geradas, acabariam se equiparando pelo movimento do mercado e o resultado seria a confirmação do equilíbrio econômico, em que todos receberiam sua justa participação no produto total gerado.

De forma sucinta, a idéia predominante na ortodoxia dos modelos clássico-neoclássicos era que o progresso técnico, gerado nos países desenvolvidos – incorporados nas importações – difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos por meio da redução dos preços dos produtos manufaturados, razão pela qual esses países, não só não precisavam como não deveriam se industrializarem, pois produziriam com menor eficiência e perderiam as vantagens que poderiam advir da especialização e do livre comércio. Contrariando essa noção, Prebisch (1949, p. 47/55) diz que: “*É certo que a argumentação relativa às vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho é de validade teórica inobjetablel. Mas, esquece-se, via de regra, que se baseia em uma premissa terminantemente negada pelos fatos. [E justifica essa proposição dizendo que] desde os anos setenta do século [XIX] até antes da segunda guerra mundial, a relação de preços se moveu constantemente contra a produção primária*”.

---

<sup>8</sup> Em razão das limitações e do objeto deste texto, não convém discutir os modelos de Ricardo e Heckscher-Onlin neste espaço. Sobre isso consultar Ricardo (1985) cap. VII e Gonçalves *et all* (1998) cap. I, entre outros.

Em verdade, após o abalo sísmico sentido nas bases do capitalismo em fins da década de 1920, ficou evidente a incapacidade de funcionamento da ordem econômica sob o arbítrio único e exclusivo do “agent” mercado – considerado como o fiel escudeiro dos postulados ortodoxos – fazendo com que a tese da especialização fosse relegada ao *abandono*. A partir daí, as políticas ortodoxas começaram a ceder lugar às práticas intervencionistas, embora essas medidas já viessem sendo adotadas em alguma medida por algumas nações desde muito antes, sob a inspiração das idéias de Friedrich List. Com a ascensão das idéias de Keynes nos anos 1930, tanto nos países centrais como nos da periferia, os Estados nacionais passaram a conduzir e orientar a ordem econômica mediante a instituição de políticas fiscais, monetárias, cambiais, tarifárias e de rendas. Em síntese, o mundo que emergiu da Grande Depressão e da Segunda Guerra foi marcado pela instituição de políticas intervencionistas de inspiração keynesiana e pela busca da construção de um estado de bem-estar social na maior parte dos países desenvolvidos e não desenvolvidos.

Na visão de Prebisch e também da Cepal, ao contrário do que afirmava o postulado liberal, não haveria alternativa de desenvolvimento para os países periféricos (sobretudo os latino-americanos) senão industrializarem-se e diversificarem os mercados externos, onde comercializavam os seus produtos. Em suas palavras: “... a industrialização é o único meio de que dispõem os países da América Latina para aproveitar amplamente as vantagens do progresso técnico. [A] industrialização (...) se se realiza com clarividência, oferecerá a possibilidade de aumentar, sensivelmente a renda nacional, ao dar emprego mais produtivo às massas da população presentemente empregadas em ocupações de escassa produtividade” (PREBISCH, 1949, p. 61/63). Não obstante, ele não queria com isso dizer, que as exportações primárias deveriam ser sacrificadas em favor do desenvolvimento industrial.

De forma sucinta, a tese defendida por Prebisch e no âmbito da Cepal era que a predominância da baixa produtividade nos países da América Latina devia-se à ausência de capital, que era função do baixo nível de poupança doméstica e/ou da sua utilização inadequada em outros casos. Esse processo, com efeito, gerava um círculo vicioso, relegando os países da região a degenerarem no subdesenvolvimento e na dependência. Para romper com esse mecanismo, sem comprometer o consumo presente das massas, que por sinal já muito baixo, fazia-se necessário o concurso do capital estrangeiro, pelo menos “*pro-tempore*”, para viabilizar a etapa inicial de inversão de capital. Na visão de Prebisch (1949), a aplicação eficaz do capital estrangeiro fazia aumentar a produtividade do trabalho e, com efeito, criaria condições para fomentar a formação de poupança interna, necessária para romper com a dependência da poupança externa e fazer frente aos novos investimentos. Em suas palavras: “... a poupança é necessária para conseguir o incremento da produtividade, sem o qual será ilusório o propósito de elevar o nível de vida das massas” (idem, p. 73).

O que se depreende das idéias iniciais de Prebisch é que, após um estágio inicial de acumulação endógena de capital, gerar-se-ia poupança doméstica, necessária para fazer frente às inversões em novas técnicas de produção – consideradas indispensáveis para aumentar a produtividade do trabalho – com o que se eliminaria, por conseguinte, a dependência da poupança externa. Em verdade, essa dedução *prebischiana* baseava-se na experiência internacional, como se pode reter da seguinte citação: “Foi o aumento da produtividade o que permitiu aos Estados Unidos e, em menor grau, a outros países industriais diminuir a jornada de trabalho, aumentarem as remunerações reais das massas e seu nível de vida, bem como

*acrescerem em grau considerável, os gastos públicos. Tudo isso sem prejuízo de uma grande acumulação de capital. (...) Só o aumento da produtividade é que permitiu esse incremento”* (PREBISCH, 1949, p. 73). A idéia de Prebisch é que essa tendência constituía uma lei geral e poderia ser extensiva aos países da América Latina, conforme deixa transparecer explicitamente em suas palavras, ao afirmar que: *“Não se subtraíram os países da América Latina a essa tendência geral”* (Idem, p. 73).

Para Prebisch (1949), somente uma política deliberada de industrialização, efetuada mediante a substituição de importações – que deveria se iniciar pela produção de bens duráveis de consumo e em seguida pela de bens de capital – seria capaz de reverter o quadro de tendência à estagnação e perpetuação do subdesenvolvimento da América Latina, permitindo à região captar parte dos frutos do progresso tecnológico e aumentar progressivamente o nível de vida das massas, além de elevar o coeficiente da antiga substituição de importações e possibilitar a subsequente substituição das exportações de produtos tradicionais por produtos manufaturados e industriais. Só assim, seria possível criar condições para que a região escapasse do que Coutrot (1991, p. 158) chamou de o caminho da *“maldição da degradação das relações de troca”*.

Percebe-se, portanto, a partir do que foi exposto que, tanto Prebisch como a Cepal advogam a tese de que a industrialização – a despeito do seu elevado custo<sup>9</sup> – constitui a principal condição para aumentar a produtividade, elevar o nível de emprego, acelerar o crescimento econômico, elevar a renda e superar o círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento dos países latino-americanos. No dizer de Prebisch (2000, p. 185): *“... o aumento da produtividade média em que se manifesta o processo de industrialização, juntamente com o aumento da produtividade determinado pelo aperfeiçoamento das técnicas na produção primária, eleva a renda per capita e traz consigo uma demanda de serviços, com o que surgem novas fontes de ocupação”*.

O otimismo que Prebisch reserva ao dinamismo que poderia se desencadear com o processo de industrialização chega a ser (em nosso entender) demasiadamente exagerado, conforme fica evidente em seus escritos<sup>10</sup>. Nesse sentido, vejamos o que diz o autor sobre os desdobramentos que poderiam se disseminar com o processo de industrialização: *“A industrialização desempenha (...) o papel dinâmico de absorver diretamente a população ativa excedente e estimular outras atividades (...). Através do progresso técnico e da industrialização, vai crescendo a renda global e melhorando a renda per capita. À medida que a renda aumenta (...) é indispensável ir transformando a composição das importações e desenvolvendo a produção substitutiva interna, a fim de que outras importações possam crescer intensamente”* (PREBISCH, 2000, p. 196).

A estratégia defendida por Prebisch e no meio *cepalista*, para desencadear o processo de industrialização e o subsequente desenvolvimento da América Latina, deveria ser comandada pela atuação

---

<sup>9</sup> Prebisch (2000, p. 193) reconhece que: *“Na realidade, em grande parte, o custo das indústrias da América Latina, bem como de importantes setores da produção agrícola, é superior ao das importações, dentro da atual relação de preços de intercâmbio: as baixas rendas em vigor não conseguem compensar a produtividade relativamente reduzida dessas atividades. Mas isso não significa que essas produções sejam necessariamente antieconômicas. Significa, simplesmente, que os bens que não podem ser adquiridos noutros países, em virtude da capacidade restrita de importação, têm que ser internamente produzidos a custos maiores do que os que prevaleceriam se as exportações pudessem expandir-se com facilidade, para proporcionar em troca as importações necessárias”*.

<sup>10</sup> A título de ilustração, vejamos o que diz Prebisch (2000, p. 189): *“... a industrialização, além de contribuir para a absorção da população que cresce e se desloca de outras atividades, proporciona ao país em desenvolvimento os produtos manufaturados que ele não pode conseguir, dada a sua capacidade limitada de importar, em função das exportações”*.

conjunta de um ‘tripé’ formado pela atuação efetiva do Estado, com apoio do capital privado nacional e do capital estrangeiro. Além disso, era imprescindível contar com o apoio do povo, que deveria contrapor-se aos exportadores tradicionais e seus aliados (os latifundiários) que eram contrários ao crescimento do mercado interno.

Ademais, além do amparo conjunto dos agentes acima delineados, fazia-se necessário algumas medidas institucionais, que podem ser sintetizadas nos seguintes termos: i) estabelecimento de tarifas elevadas e de restrições quantitativas às importações de bens de consumo supérfluo; ii) incentivo à atração de capital externo, principalmente na forma de empréstimos de governo a governo, para aumentar o volume de investimentos, sobretudo na formação de infra-estrutura básica; iii) realização de reforma agrária, visando aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas, bem como a demanda por produtos industriais, mediante a ampliação do mercado interno; e iv) maior participação do Estado na captação de recursos e na ampliação de infra-estrutura em setores essenciais, como energia, transportes e comunicações, etc.

Convém ressaltar que, a estratégia de industrialização preconizada por Prebisch e pela Cepal, a despeito de buscar elevar o nível de vida das massas pela via do aumento da acumulação de capital – o que em tese, beneficiaria tanto o trabalho como o capital – recebeu críticas, tanto de setores à esquerda quanto à direita, assim como no interior da própria Cepal<sup>11</sup>. Como demonstra Cardoso (1993, p. 53): “*A esquerda criticou-o porque, outra vez, faltou a explicação dos mecanismos pelos quais se compatibilizariam as duas metas; a direita, porque não viu no Manifesto Latino-Americano [como o texto de 1949 foi chamado por Hirschman] mais do que uma acusação aos países ricos e um distributivismo internacional que não tomava a sério a necessidade de formar capitais e aumentar a produtividade*”.

Destarte, em que pese as controvérsias levantadas em torno da exequibilidade operativa da proposta de desenvolvimento *cepalista*, é possível perceber nitidamente que tanto Prebisch como a Cepal confiavam demasiadamente no papel transformador da industrialização da América Latina. A rigor, a industrialização chegava mesmo a ser identificada como um processo de modernização, que se confundia com desenvolvimento econômico, político e social, embora a noção de desenvolvimento ainda causasse certa ambigüidade no interior da Cepal àquela altura<sup>12</sup>. Assim, de forma bastante resumida, o pensamento *cepalista* via a industrialização como um mecanismo não só de ampliação da capacidade de geração de emprego e redistribuição de renda, mas também como uma saída para a superação do subdesenvolvimento e – mais do que isso – como um meio de buscar a autonomia dos países latino-americanos<sup>13</sup>.

Dessa forma, em decorrência do entusiasmo criado pela Cepal na América Latina, a industrialização, intencionalmente conduzida pela atuação planejada do Estado passou à ordem do dia. A seu favor, contava a

<sup>11</sup> Numa crítica ao pensamento *prebischiano* e *cepalista*, um dos integrantes da Cepal afirma que: “*pode ser dito que eles concebem o Estado como uma entidade externa ao sistema sócio-econômico, capaz de apreendê-lo de uma forma consciente e de atuar sobre ele, imprimindo-lhe uma racionalidade que, por si só, ele não possui e conduzindo-o a resultados que, de outra maneira, seria impossível atingir. (...) sob sua tutela é factível a consolidação das relações sociais capitalistas e sua fluida expansão nas áreas chamadas de periféricas ou subdesenvolvidas*”. (RODRIGUEZ, 1981).

<sup>12</sup> Afirma Cardoso (1993, p. 62-63) que, na época, a despeito de que a distinção entre crescimento e desenvolvimento tenha se popularizado, o desenvolvimento “*só ocorria se houvesse melhor distribuição de renda e da propriedade, permitindo um desenvolvimento mais completo do homem. Esta nunca foi, naturalmente, uma versão oficialmente endossada pela Cepal, mas era vulgarmente adotada pelo pensamento crítico latino-americano*”.

<sup>13</sup> A partir dos anos 1960, esse ponto de vista abriu espaço para críticas, tanto dentro como fora da Cepal, dando início a uma ‘nova’ linha de interpretação, de corte mais sociológica, que passou a ser chamada de ‘teoria’ da dependência, em que tem lugar a concepção defendida por Cardoso, discutida mais à frente.



existência de algumas características negativas na região, tais como: elevado desemprego estrutural, resultado da incapacidade dos setores tradicionais em absorver o excedente de mão-de-obra egressa do campo; desequilíbrio externo, decorrente da maior propensão a importar bens industrializados do que exportar produtos agrícolas tradicionais; além da deterioração dos termos de trocas. Esses fatores, em conjunto, poderiam ser corrigidos ou abrandados por uma política de industrialização bem coordenada, segundo o postulado *cepaliano*. Além disso, se por um lado, as demandas sociais aumentavam exponencialmente e se presenciava cada vez mais o estrangulamento da oferta em setores demandantes de vultosos recursos, por outro, era perceptível a inércia empresarial, o que demandava uma atuação rápida e planejada do aparelho estatal. Foi como consequência (em parte) desse quadro embaraçoso que o nacional-desenvolvimentismo ganhou ascensão de forma entusiástica, não apenas no Brasil (de Vargas e Kubitshek), mas no México (de Cárdenas), na Argentina (de Perón) e demais países da América Latina, assim como em outras partes do mundo, como na Índia, Argélia, Turquia e Egito, ainda que por razões diferentes. Nesse contexto, a Cepal foi não apenas a principal fonte de inspiração, mas também de formação de idéias e de quadros técnicos que passaram a atuar na elaboração e execução de projetos de cunho industrial-desenvolvimentistas, não apenas em nível regional, mas também fora da região.

Ainda que de forma bastante sucinta<sup>14</sup>, pode-se afirmar seguramente que a teoria desenvolvida pela Cepal serviu de fonte de inspiração para muitos dirigentes e autoridades governamentais, além de influenciar fortemente na formação de um pensamento social crítico, dentro e fora do continente latino-americano, que procurou superar as metodologias ou propostas importadas dos países centrais e criar uma metodologia própria, com identidade e temática para uma práxis mais próxima da realidade. Obviamente que, a sua sobrevivência teórica dependia da exequibilidade operativa de suas propostas. Não obstante, já em meados dos anos 1960, os resultados revelavam a incapacidade da teoria *cepaliana* cumprir suas promessas<sup>15</sup>.

Destarte, apesar da industrialização que brotara e do extraordinário crescimento da produção industrial, que cresceu a uma taxa média de 8,5%, entre 1949 e 1959 e, 9,7% entre 1959 e 1964<sup>16</sup>, o país continuava “atrasado” e o subdesenvolvimento não desaparecera, mas ao contrário, o distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população continuava a crescer e a agricultura continuava a ser a principal fonte de ocupação da maior parte da população empregada,

<sup>14</sup> Em razão do exíguo espaço de que dispomos neste texto e dos limites dos objetivos a serem perseguidos, não podemos discutir as novas propostas que foram formuladas pela Cepal, após a revisão de suas idéias nos anos 1960 e 1970, mas apenas seu projeto original e tentar relacioná-la com o pensamento de Furtado e Cardoso.

<sup>15</sup> É preciso assinalar que, apesar de ter sido traída pelos fatos a Cepal teve uma importância fundamental na formação de uma escola de pensamento crítico na América Latina. Ademais, convém lembrar que sua atuação não foi encerrada, mas continua operando em sua sede em Santiago do Chile, com o apoio de suas agências instaladas em vários países da região, embora sem a pujança que outrora havia desfrutado. Não obstante, após um longo processo de revisão de suas idéias, cuja matriz tem origem na não realização, senão de maneira parcial, de seus prognósticos originais, sobretudo, a partir de fins da década de 1960, quando suas promessas começaram a se distanciar cada vez mais da realidade e uma onda ditatorial varreu a América Latina, maculando a história da região. A partir daí, a Cepal reformulou seu postulado, dividindo-se em duas diferentes correntes. A primeira, a do capitalismo tardio – aceitou os ajustes feitos pelos dependentistas e passou ver as economias periféricas não mais como um mero apêndice funcional ao sistema capitalista mundial, mas a partir de sua própria dinâmica interna. A segunda, a neo-estruturalista – de caráter mais reformista e mais bem mais afinada com o discurso das reformas macroeconômicas, procurou se descolar do velho estruturalismo e passou a defender um novo tipo de ajuste, que levasse em conta a possibilidade de tirar proveito de uma nova estratégia de inserção na economia mundial. Deve-se ressaltar, todavia, que existem críticas severas a respeito dessas duas concepções, a primeira que reduz a problemática da industrialização retardatária simplesmente à instalação do departamento de bens de capital, da qual Cardoso de Mello (1982) é o representante maior, e a outra, de caráter mais neo-reformista (ou conformista), que abandonou a proposta original da Cepal e se encantou sem a menor cerimônia com os cânones neoliberais. Sobre as críticas, deve-se consultar Sampaio JR (1999), entre outros e sobre a nova proposta cepaliana, ver estudos da Cepal (1990 e 1996).

<sup>16</sup> Dados citados por Furtado (1975, p. 139).

dificultando a busca de um atalho para o desenvolvimento. A título de ilustração, basta ver que entre 1962 e 1967, a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) atingiu apenas metade do que havia crescido entre 1956 e 1962. Além disso, a formação bruta de capital fixo começou a cair já em 1962, tornando-se negativa em 1963, resultado também apresentado pelo crescimento da produção industrial. Acrescente-se a isso que o segmento produtor de bens duráveis começou a enfrentar dificuldades face ao baixo dinamismo da demanda interna, conseqüência da atuação conjunta de dois fatores simultâneos, por um lado, a elevada concentração de renda prevalecente no país, e por outro, o crescimento inflacionário – que chegou a atingir a taxa anual de 90% em 1964 – reduzindo o poder aquisitivo das classes e a própria demanda de bens não-duráveis<sup>17</sup>.

Dessa forma, após mais de uma década de fortíssima atuação da Cepal, que malgrado os resultados serem frustrantes, não pode ser totalmente considerada como disfuncional à região, em razão do considerável crescimento industrial experimentado pelo Brasil, pós-anos 1950. Por outro lado, não se verificou uma contrapartida proporcional na democratização da sociedade e das políticas nacionais, além do desprezível papel desempenhado na geração de empregos, o que sugeria que a industrialização, por si só, não seria capaz de reduzir o hiato que separava o Brasil dos países industrializados nem conduziria o país a uma estratégia de desenvolvimento autóctone, capaz de romper com a herança *maldita* do subdesenvolvimento e eliminar a desconfortável condição de dependência. Assim, em decorrência do distanciamento e da não correspondência (senão de maneira marginal) entre as promessas e os resultados alcançados pela industrialização orientada pela Cepal, iniciou-se em meados da década de 1960 um movimento de críticas<sup>18</sup>, reparos e autocríticas às premissas *cepalianas*, que resultaram no aparecimento de uma nova linha de interpretação apresentada pela escola da dependência<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> A esse respeito consultar Lacerda *et all* (2000, p. 99-104).

<sup>18</sup> A respeito das críticas à Cepal, consultar Cardoso e Faletto (1970), Rodriguez (1981), Mantega (1992) e a autocrítica de Furtado (1964; 1968; 1972 e 1974), entre outros.

<sup>19</sup> É preciso enfatizar que, nos estudos da dependência não há uma unicidade teórica ou metodológica dos seus proponentes em torno de uma idéia comum, razão pela qual, adotamos a definição de Palma (1978), que recomenda ser mais adequado falar de uma escola da dependência em vez de teoria da dependência, dado que, sob o título de dependência é possível encontrar teorias de natureza muito variada. De forma muito sumária, vamos apresentar em seguida as diferentes classificações – feitas ao gosto teórico, político ou ideológico de cada um dos autores – que se encontram na teoria da dependência. A seguir as classificações com suas diferenças de enfoque: Palma (1978, p. 899), por exemplo, distingue três diferentes enfoques nas análises da dependência, que ele classifica da seguinte forma: o primeiro enfoque compreende os trabalhos que negam qualquer possibilidade de desenvolvimento na periferia, uma vez que o sistema só poderá levar ao desenvolvimento do subdesenvolvimento, desse grupo fariam parte André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, para ficar apenas com esses; na segunda vertente se encontram aqueles estudos que se concentram nas análises dos obstáculos ao desenvolvimento periférico, em decorrência das limitações da economia de mercado, enfoque este em que se agruparia Celso Furtado e Osvaldo Sunkel, além dos revisionistas cepalianos; por fim, na terceira corrente, estariam aqueles autores que aceitam a possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, porém de forma associado e dependente, vertente da qual Cardoso é o representante mais simpático e fiel. Martins (1998, p. 74), em um trabalho de homenagem a Theotônio dos Santos, classifica os estudos da dependência em duas correntes, sendo uma de inspiração **marxista**, em que figurariam Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra – estes como sendo os verdadeiros fundadores da teoria da dependência – e até certo ponto André Gunder Frank, e a segunda, de corte **weberiana**, em que se enquadraria Cardoso e Faletto. Key (1991, p. 107), indica a existência de duas posições dentro teoria da dependência, uma **marxista** (ou neomarxista) e outra **reformista**, na marxista ele agrupa Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e Vânia Bambirra, entre outros, e na reformista ele agrupa Fernando Henrique Cardoso (embora reconheça que numa classificação mais detalhada, este representaria sua própria categoria), além de Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Aldo Ferrer, Anibal Pinto e Hélio Jaguaribe. Já Blomström e Hettne (1984), identificam três correntes dentro da teoria da dependência, a primeira é considerada como a **crítica ou autocrítica estruturalista**, formada pelos cientistas ligados à Cepal, mais precisamente, por Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Raul Prebisch, a segunda, chamada de corrente **neomarxista**, é composta por Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, além dos pesquisadores do CESO da Universidade do Chile, e a terceira, é a corrente **marxista não-ortodoxa**, em que se inclui Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Por outro lado, Frank (1991, p. 71-72), a partir de um apanhado geral sobre a produção científica que encerra as análises da dependência, consegue identificar quatro vertentes no interior da teoria da dependência, que ele classifica como: a **reformista**, a **não-marxista**, a **marxista** e a **neomarxista**.

### 3. Dependência e a acomodação subordinada

A idéia das análises dependentistas era que se fazia necessário um novo instrumental teórico-metodológico para explicar porque um processo que aparentemente encaminhava-se para ser bem sucedido começava a fracassar e a se distanciar cada vez mais dos objetivos preconizados. Ou seja, era necessário explicar as verdadeiras razões da inflexão do processo do desenvolvimento *cepalista* e da perpetuação do “atraso” e da dependência e propor uma nova linha de interpretação para o desvirtuamento do esquema *cepaliano*. É nessa perspectiva – embora não só por isso – que surgem os trabalhos da escola da dependência, em que tem lugar o estudo desenvolvido por Cardoso e Faletto (depois seguido apenas pelo primeiro autor), a quem vamos nos limitar – no que toca à questão da dependência – dados os limites e objetivos a que nos propomos inicialmente neste trabalho.

Os partidários da escola da dependência – grupo do qual faziam parte alguns cientistas sociais egressos do ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social), órgão ligado à Cepal, além de outros investigadores vinculados ao CESO (Centro de Estudos Sociais) da Universidade do Chile – passaram a contra-atacar raivosamente o pensamento industrial-desenvolvimentista da Cepal, após o fracasso de seu projeto original, ainda que de ponto de vista completamente diverso. O reparo que os dependentistas<sup>20</sup> procuravam fazer às premissas *cepalianas* e que, de alguma maneira, era também extensivo aos estruturalistas, entre os quais, Furtado era o de maior visibilidade intelectual, consistia em afirmar que a industrialização não trazia as conseqüências esperadas, pelas razões que vamos expor abaixo.

Os dependentistas afirmam que, ao contrário da visão desenvolvimentista predominante nos *cepalistas*, a industrialização não trazia autonomia de decisões, uma vez que o processo era comandado pelas empresas multinacionais, cujo centro de decisão se localizava no exterior. Da mesma forma, também não trazia distribuição de renda, porque era baseada num tipo de tecnologia que valorizava mais o trabalho qualificado, em detrimento do trabalho assalariado de baixa qualificação (predominante na região), gerando uma crescente diferenciação de renda no meio assalariado. Ademais, ao basear-se em tecnologia poupadora de mão-de-obra, a industrialização também não gerava emprego na medida em que se fazia necessário para absorver o contingente de trabalhadores desempregados e subempregados no meio urbano, ao que se somavam outros que migravam do campo para a cidade, à procura de melhores oportunidades de empregos ou porque eram desalojados de seus postos de trabalho, em função da combinação de novas técnicas de produção no meio rural.

Conforme assinalamos antes, nesta seção, vamos nos reportar apenas aos trabalhos de Cardoso no tocante à dependência. Assim, entre os trabalhos de Cardoso que procuravam fazer uma correção à teoria *cepaliana*, o primeiro a causar impacto apreciável foi uma obra escrita a quatro mãos, ou seja, aquela que ele divide com o sociólogo chileno Enzo Faletto. Nesta obra, os autores advertem que a análise econômica da América Latina teria que ser feita separadamente, ou melhor, eles se recusam a tomar a região como um todo único. A preocupação dos autores é tentar explicar o processo de desenvolvimento econômico como processo social. Para isso, buscam um pressuposto teórico-metodológico (que se diz diferente) para mostrar

<sup>20</sup> Entre os autores mais importantes que se destacaram sobre os estudos da dependência na América Latina, podemos destacar Frank (1971; 1972; 1980 e 1991); Santos (1970; 1972; 1973; 1991 e 2000); Bambirra (1979); Marini (1972; 2000); Sunkel (1979); Cardoso (1969; 1970; 1971; 1972; 1975 e 1993) e Furtado (1961; 1964; 1967; 1974; 1975; 1978; 1983 e 1984), para ficar apenas nesses.

que o poder econômico se expressa em dominação política. Em suas próprias palavras: “... *é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com os seus interesses e objetivos*” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 23).

De forma sucinta, a interpretação sociológica de Cardoso e Faletto (1970) sobre o processo de transformação econômica, parte das análises das situações onde a tensão social entre os grupos dominantes e as classes sociais configura a base de sustentação da estrutura política e econômica. Afirmam eles, que a interpretação sociológica do desenvolvimento implica o estudo sistemático das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada caso específico. Na opinião dos autores, é a compreensão desse movimento que constitui os fundamentos da análise sociológica do desenvolvimento.

Em suma, o que se pode reter da interpretação sociológica, é que a gênese do subdesenvolvimento em sua essência não pode ser compreendida seguramente sem uma análise mais aprofundada das relações que se estabeleceram entre as sociedades centrais (desenvolvidas) e as nações periféricas (subdesenvolvidas), com o que estamos de pleno acordo. No dizer de Cardoso e Faletto (1970, p. 25), “... *a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento [como eles preferem chamar] nasce precisamente da relação entre sociedades periféricas e centrais*”. Os autores advertem, ademais, que se faz necessário distinguir as diferenças existentes entre os países “subdesenvolvidos” e os “sem desenvolvimento”, bem como os diversos modos de subdesenvolvimento, de acordo com a particularidade das relações que cada país estabelece com os centros de dominação econômica, ou seja, é necessário analisar separadamente, caso a caso. Nesse sentido, afirmam Cardoso e Faletto (1970, p. 25) que: “*em certas situações, a vinculação das economias periféricas ao mercado mundial verifica-se em termos coloniais, enquanto em outras as economias periféricas estão enquadradas em sociedades nacionais*”. Em outras palavras, isso quer dizer que, em alguns casos os vínculos entre países dominantes e periféricos se estabeleceram quando nestes últimos já se tinha formado uma sociedade nacional (como no Brasil, por exemplo), ao passo que em outros casos, as colônias transformaram-se em sociedades mantendo a *chaga* do subdesenvolvimento.

Um aspecto interessante, que merece ser destacado na obra de Cardoso e Faletto (1970), é que os autores afirmam que uma sociedade pode passar por um processo de transformação em sua estrutura produtiva, sem necessariamente internalizar os centros de tomadas de decisão e os mecanismos que os condicionam. E cita como exemplo disso, os casos de Argentina e Brasil, que ao concluírem o processo de substituição de importações e darem início à produção de bens de capitais conseguiram não só alcançar maturidade econômica, como também melhorar o perfil da distribuição de renda. Por outro lado, ressaltam ser possível, em casos limites, que uma sociedade tenha autonomia de decisão, sem que por isso a estrutura produtiva e os mecanismos de distribuição de renda se igualem aos países desenvolvidos, ou até mesmo a países em desenvolvimento, e exemplifica os casos da China, Cuba e Iugoslávia.

Assim, tomando-se por base os pressupostos teórico-metodológicos delineados por Cardoso e Faletto (1970) pode-se depreender que existem alguns casos na América Latina, de países que conseguiram formar

Estados nacionais, resistir à dominação externa e manter, pelo menos em parte, o controle de seus sistemas produtivos. Nesses países, entre os quais se destaca o Brasil, não só foi possível realizar um processo de industrialização, inclusive com redistribuição de renda, como também foi possível gerar “desenvolvimento econômico e social”, embora de maneira associada e dependente. Isso só foi possível, graças à arbitragem do aparelho do Estado e às condições e estímulos criadas pelas relações que se estabeleceram com o mercado mundial, a partir de meados da década de 1950.

Convém assinalar que, para Cardoso e Faletto, diante das novas circunstâncias do capitalismo monopolista mundial, não haveria outra forma de promover a industrialização dos países latino-americanos e dentre eles o Brasil, senão com a *generosa* participação do capital estrangeiro, ou seja, mediante uma acomodação subordinada às regras impostas pela economia mundial. Nesse sentido, os autores enfatizam que: “*as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo*” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 120).

Naturalmente que os autores (antes referidos) não supunham uma ruptura da situação de dependência, mas o estreitamento dos seus laços. Pois os mesmos demonstram claramente que os investimentos industriais realizados com capitais estrangeiros, nos países periféricos, gerava uma *nova* situação de dependência caracterizada pelo endividamento crescente, em geral de curto prazo. Acrescente-se a isso, que as decisões de investimentos na periferia dependiam parcial ou totalmente de decisões que eram tomadas no exterior e os lucros, não necessariamente, seriam reinvestidos nas economias periféricas, onde eram gerados, podendo ser remetidos para os países investidores ou reaplicados em outras economias periféricas distantes daquelas onde foram gerados. Em síntese, as economias periféricas não tinham o controle sobre o que nelas acontecia, pois, quem exercia o comando e impunha racionalidade aos investimentos eram as empresas transnacionais. Isso, obviamente que contribuía para aprofundar ainda mais a situação de dependência dos países periféricos em relação aos países centrais.

Não obstante, os autores advogam a tese de que a ligação das economias periféricas às economias centrais, mediante intensificação de investimentos estrangeiros gerava uma expansão da indústria na periferia e, ao promover a organização e a reestruturação industrial, geravam, por conseguinte, o desenvolvimento tecnológico e científico, do que dependia o desenvolvimento dessas regiões. No dizer dos autores: “... *na industrialização da periferia latino-americana, a participação direta de empresas estrangeiras outorga um significado particular ao desenvolvimento industrial da região...*” (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 126). Outro aspecto positivo era que, naquela nova conjuntura de monopolização do capital, os vínculos que se estabeleciam entre as economias periféricas e as economias centrais não se orientavam mais para o sistema de importação-exportação, como fora no passado, mas fundamentalmente para o setor industrial, configurando um processo de internacionalização dos mercados e, com efeito, uma nova situação de dependência. Não obstante as decisões de investimento dependessem do exterior, o consumo era interno. Em decorrência dessa nova situação, os autores concluem que: “... *poder-se-ia supor que existe simultaneamente desenvolvimento e autonomia; entretanto, se é certo que a dependência que subsiste é de outra índole (ou*

*tem um novo caráter), este tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes”* (idem, p. 127).

Em outros trabalhos individuais Cardoso aprofunda melhor a sua proposição acerca das possibilidades de industrialização e de desenvolvimento econômico que, supostamente se abririam para as economias periféricas na nova fase de expansão do capitalismo monopolista – denominada por ele de internacionalização dos mercados – dando uma nova caracterização ao subdesenvolvimento. Para Cardoso (1993, p. 104), a novidade é que o processo de industrialização e o subsequente desenvolvimento que poderia emergir nessa nova fase do capitalismo “*não havia sido previsto pelas teorias imperialistas*”<sup>21</sup>. Ou seja, se em determinado momento o imperialismo, significou para a periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, na (nova) fase da dependência passava a significar a possibilidade de desenvolvimento capitalista, embora associado e dependente<sup>22</sup>.

Ainda com relação à caracterização da nova dependência, Cardoso (1993, p. 106) assevera que: “*A tese que desejo indicar (...) insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes*”. Vale esclarecer aqui, que a definição de desenvolvimento de Cardoso<sup>23</sup> está muito associada à idéia de modernização e crescimento econômico, a qual não supõe redistribuição igualitária de renda, nem homogeneidade regional, nem tampouco harmonia ou equilíbrio entre os diferentes ramos de produção, mas consiste fundamentalmente em acumulação de capital, que se dar mediante relações de espoliação, exploração e geração de desigualdades<sup>24</sup>. Como diz o próprio Cardoso (1975, p. 29/38): “*Nem o dependente, nem o capitalismo nos países centrais oferece condições estáveis de pleno emprego. (...) O crescimento capitalista é desigual. Em várias etapas e ciclos implica numa exploração brutal dos trabalhadores, mormente nos*

<sup>21</sup> Existe uma outra corrente de pensamento nas análises da dependência – mais afinada com o marxismo-leninismo – da qual fazem parte Marini, Santos e Bambirra, que sustentam a tese que o imperialismo seria um obstáculo à industrialização e desenvolvimento da periferia, em decorrência da superexploração do trabalho e/ou do aprofundamento da drenagem do excedente econômico em favor dos países centrais, gerando incessante desemprego, marginalidade social e tendência à estagnação nos países periféricos, com o que se aprofundava o subdesenvolvimento. Grosso modo, essa tese parte do princípio que o desenvolvimento do capitalismo constitui uma condição necessária para uma transição para o socialismo; tendo isso em conta, como a aliança das classes dos países periféricos com as elites imperialistas bloqueava o desenvolvimento do capitalismo na periferia, o resultado era um retardamento na transição para o socialismo. Sobre esse debate consultar coletânea organizada por Gragea (2005).

<sup>22</sup> Vale destacar que Cardoso não tem a intenção de substituir a teoria do imperialismo pela teoria da dependência, mas fazer apenas um reparo, como ele próprio faz ver na passagem que segue: “[A] teoria da dependência (...) não é uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. Como complemento à teoria do imperialismo, a teoria da dependência requer, entretanto, que se revise continuamente a periodização da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo” (CARDOSO, 1993, p. 102). Para Cardoso (1972, p. 133), “... a questão não é saber a que teoria do imperialismo se liga a idéia de dependência, mas sim a de reelaborar a teoria do imperialismo, de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional”. E para que não pairasse qualquer dúvida a esse respeito, ele certifica que: “Convém esclarecer, para evitar equívocos, que a expansão capitalista internacional contemporânea, e o controle das economias dependentes que dela decorre, não dissolvem o caráter imperialista da dominação econômica” (Idem, p. 192).

<sup>23</sup> Convém ressaltar que, a noção de desenvolvimento de Cardoso é completamente diferente da definição de Frutado. Para Frutado desenvolvimento consiste num processo de transformação na estrutura econômica, política e social. Para esse autor, o desenvolvimento é função do crescimento econômico, que se dar mediante aumento da produtividade do conjunto da força de trabalho de um sistema econômico e que somente é possível a partir da introdução de novas formas mais eficazes de utilização dos recursos produtivos. Em suas palavras: “O desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura em função de modificações no nível de renda da coletividade” (FURTADO, 1967, p. 80).

<sup>24</sup> Conforme afirma Cardoso (1975, p. 38): “Por desenvolvimento estou entendendo aqui (na mais ortodoxa tradição marxista) a acumulação de capitais e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo. Não me refiro, obviamente, a um idílico resultado capaz de igualar as rendas e terminar com a exploração pois que estes alvos não se definem como válidos para uma economia de mercado”.

*países da periferia, que tentam percorrer de um modo diverso caminhos já trilhados pelos países centrais em outras épocas”.*

De forma bastante sucinta, o que se pode aduzir sobre a tese da nova dependência de Cardoso (1993), é que a despeito de aprofundar a dependência das economias periféricas em relação às economias centrais, ela traz modificações importantes na estrutura produtiva e melhoria do nível de vida da população, não obstante isso não significa dizer que resolva todos os problemas, dado que a expansão do mercado interno, benéfica fundamentalmente segmentos isolados da sociedade, em detrimento do conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos e da sociedade de forma geral. Apesar disso, Cardoso (1995) insiste na tese de que o problema consiste em reforçar o aparelho do Estado para que se ampliem as possibilidades de acesso aos benefícios que são oferecidos pelo sistema internacional e se permita, com efeito, diminuir as vulnerabilidades econômicas. Em suas palavras: “*Não podemos repelir o internacional como fizemos [no passado], nem adotar o que vem de fora como verdade inabalável*” (CARDOSO, 1995, p. 155).

#### **4. O malogro do ideário industrial desenvolvimentista**

No que respeita ao pensamento de Furtado, deve-se destacar que a despeito dele ter sido um defensor entusiástico da industrialização – não somente como mecanismo de superação do subdesenvolvimento e de ruptura com a incômoda condição de dependência, mas também como um atalho importante para que as economias periféricas alcancem sua autonomia e o subseqüente desenvolvimento – ao se deparar com o fiasco apresentados pelo processo de industrialização brasileiro em meados dos anos 1960, ele começou a rever sua abordagem teórica, procurando fazer um ajuste que levasse em conta as leis históricas que impediam que o desenvolvimento do capitalismo na periferia percorresse a mesma trajetória dos países já desenvolvidos. Consciente ou não, Furtado parecia ter percebido claramente que para entender as particularidades da deformação do desenvolvimento capitalista da economia brasileira, em sua natureza e essência, era necessário beber na água de muitas fontes.

Sob influência do legado *cepaliano*, Furtado havia aderido à idéia de que o desenvolvimento industrial era a principal via de acesso ao desenvolvimento econômico e social, idéia essa que vai ocupar lugar comum em grande parte de sua obra<sup>25</sup>. Essa concepção aparece de forma explícita já em suas primeiras análises sobre o processo de industrialização que se iniciou nos anos 1930, quando ocorreu o deslocamento

<sup>25</sup> Desde seus primeiros trabalhos sobre teoria econômica Furtado demonstrava acreditar fortemente no poder de transformação das estruturas tecnológicas heterogêneas da economia brasileira e na ruptura do subdesenvolvimento pela via da industrialização e da incorporação de novas combinações tecnológicas. Entretanto, a partir dos anos 1960, e mais particularmente, nos anos 1970, decepcionado com os resultados da industrialização e, muito provavelmente, influenciado pela ascensão da “teoria” da dependência e assustado com o alarme causado pelo Relatório do Clube de Roma, chamando à atenção para os limites do crescimento econômico em razão da exaustão dos recursos da natureza, ele começa a rever suas posições em relação ao poder de transformação das estruturas híbridas da economia brasileira e, notadamente, com as possibilidades de superação do subdesenvolvimento. Esse sentimento pode ser constatado nas palavras de Furtado (1972, p. 8/14/27): “*A tese, que prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para a absorção do subdesenvolvimento, está certamente desacreditada*”. No que respeita aos efeitos da propagação do progresso técnico, diz ele: “*A penetração do progresso técnico acarreta, via de regra, a destruição de fontes de emprego que não são substituídas por outras de importância similar, dando origem à marginalização de uma parcela crescente da população...*”. Para Furtado, a razão desse fenômeno reside no fato de que não houve uma correlação entre os aumentos de produtividade – engendrados pela elevação da relação capital-trabalho e pela adoção de novas técnicas – e a elevação da massa salarial. Ainda no início dos anos 1970, depois de tomar conhecimento do cataclisma anunciando pelo estudo “*The Limits to Growth*”, do Clube de Roma, Furtado chega à melancólica conclusão de que o estilo de vida criado pela civilização industrial, foi e sempre será, privilégio de uma minoria. Essa triste conclusão é justificada nos seguintes termos: “*O custo, em termos de depreciação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o ‘desenvolvimento econômico’ (...) é simplesmente irrealizável. (...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito*” (FURTADO, 1974, p. 75).

do “centro dinâmico da economia brasileira” – da atividade cafeeira para a atividade urbano-industrial. Na visão de Furtado, somente a partir daí foram criadas as condições para que a indústria brasileira – já em avançado estágio de crescimento desde o último quartel do século XIX – passasse a liderar o processo de “desenvolvimento”.

Na visão de Furtado (1950; 1952; 1954; 1960) as mudanças estruturais que encerram o processo de industrialização encontram correspondência na introdução de combinações mais racionais de fatores de produção que fazem aumentar a produtividade do trabalho, condição indispensável para o desenvolvimento econômico no âmbito da economia capitalista. A idéia inicialmente presente na concepção *furtadiana* era que o processo de industrialização, combinado com o complexo de inovações tecnológicas que se fazia acompanhar, além de constituir um atalho para o desenvolvimento capitalista, elevaria o grau de autonomia do sistema industrial em decorrência da sua capacidade de expansão e promoveria uma integração do mercado nacional – integrando e criando uma íntima interdependência entre as diversas regiões do país – com o que aumentaria a renda global e com ela o bem-estar social.

Destarte, assim como Prebisch e a Cepal, Furtado (pelo menos em sua juventude) creditava ao processo de industrialização e à combinação das novas técnicas de produção um papel excessivamente transformador no arcaísmo da estrutura econômica brasileira, a ponto de confiar a esses fenômenos a superação do subdesenvolvimento. A rigor, essa crença começa a ser desenvolvida ainda em seus primeiros textos de estréia no campo da teoria econômica, como por exemplo, em Furtado (1950 e 1952), vai tomar forma em seu livro *A Economia Brasileira* (1954), aprofunda-se em *Perspectiva da Economia Brasileira* (1958) e em *Formação Econômica do Brasil* (1959), vai ganhar um tratamento teórico-crítico mais refinado em *Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* (1961), para depois, começar a ser revista em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967) e em *Análise do Modelo Brasileiro* (1972) e, finalmente, ser abandonada em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), onde Furtado vai revelar seu desencanto com as possibilidades de transformações estruturais na economia brasileira e de ruptura com a herança do subdesenvolvimento pela via da industrialização e da introdução de novas combinações tecnológicas.

A partir dos anos 1960, a visão industrial-desenvolvimentista de Furtado começou a se desvanecer em recorrência dos resultados frustrantes apresentados pela experiência brasileira. A partir daí, ele iniciou uma nova linha de investigação, passando a estudar o subdesenvolvimento de forma dialética e procurando ver nas suas contradições internas, a sua própria essência. Ele consegue captar a especificidade do subdesenvolvimento brasileiro quando afirma que, diferentemente do que era anunciado pelo pensamento convencional (diga-se a teoria ortodoxa), o subdesenvolvimento é um tipo específico de desenvolvimento capitalista, e não uma etapa pela qual teriam passado os países que conseguiram alcançar um nível de desenvolvimento mais elevado. Na opinião de Furtado, para entender a natureza do problema dos países subdesenvolvidos, necessário se faz levar em conta essa particularidade. Aqui, pode-se perceber que Furtado abandona a sua idéia inicial de que a racionalidade da industrialização era suficiente para remover o arcaísmo das estruturas brasileiras e desencadear um processo de desenvolvimento auto-suficiente<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A consciência de que a industrialização não romperia com o subdesenvolvimento, aparece em Furtado, já no início dos anos 1960, para depois se aprofundar com maior clarividência nos anos seguintes, conforme podemos ver nas citações que seguem abaixo. Inicialmente, Furtado (1961, p. 192-193) afirma: “O núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um



Destarte, parece não haver dúvidas de que para compreender as economias subdesenvolvidas era necessária uma nova teoria e Furtado se propõe a formulá-la, levando em conta que o subdesenvolvimento é um processo histórico e não constitui nenhuma etapa pela qual as economias modernas teriam passado antes. O subdesenvolvimento, diz ele, é um processo particular, que resulta da penetração de empresas estrangeiras modernas em economias atrasadas e apresenta-se de formas variadas e em estágios bem diferentes.

Essa constatação da especificidade do subdesenvolvimento leva Furtado a estudar mais detidamente a questão da dependência, quando ele vai constatar que a integração dos mercados sob o comando das empresas transnacionais – intensificando a concorrência – conferiu aos países centrais um poderoso instrumento de maximização da rentabilidade de seus capitais, pois tornou possível às suas empresas homogeneizar os mercados e maximizar as vantagens derivadas das economias de escala e do controle das inovações tecnológicas. Por outro lado, acelerou o endividamento das economias periféricas e enfraqueceu os Estados nacionais, criando uma pressão permanente sobre a balança de pagamentos<sup>27</sup>.

Ademais, à medida que o endividamento aumenta, submete as economias periféricas a uma crescente internacionalização de seus mercados, o que resulta em aumento do controle externo sobre os sistemas produtivos nos países periféricos. Isso traz como conseqüência um completo esvaziamento do aparelho do Estado em sua capacidade de coordenação da economia, com o que se agrava o subdesenvolvimento e a dependência. Esse processo leva Furtado a uma conclusão que chega a ser demasiado desalentadora para os países da América Latina e, em particular para o Brasil, qual seja: *“a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência. (...) se as condições gerais ligadas à situação de dependência persistem, nada sugere que a industrialização orientada para o exterior contribua para reduzir a taxa de exploração, tanto mais que a própria razão de ser desse tipo de industrialização na periferia é a existência de trabalho barato”* (FURTADO, 1983, p. 87/92).

Dessa forma, Furtado vai perceber que o subdesenvolvimento é produto das relações do sistema econômico mundial que integra em um mesmo padrão de transformação, diferentes formações sociais, com capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. Ou seja, a idéia *furtadiana* é que existe

---

*processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtos forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. Por outras palavras, a estrutura de preços, no setor ligado ao mercado interno, tende a assemelhar-se à que prevalece nos países de elevado grau de industrialização. Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso (...) é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente de população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que (...) grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento”. Em outro trabalho, Furtado (1964, p. 30-31) vai afirmar que: ‘Nas atuais economias subdesenvolvidas (...) A penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa de economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão-de-obra sem viabilidade de absorção. Esse excedente refluí para formas artesanais de economia de subsistência, criando uma dualidade dentro do sistema econômico que condicionará todo o processo social subseqüente. O dualismo da estrutura econômica reflete-se, por um lado, em uma distribuição extremamente desigual da renda e, por outro, numa demanda de bens finais pouco vigorosa. Com efeito, a apropriação do excedente pelos grupos dirigentes não encontra resistência nos trabalhadores, cuja consciência de classe só lentamente se define, em razão do amplo subemprego estrutural engendrado por aquele dualismo. Essa ausência de vigor da classe assalariada também é fator de entorpecimento da formação do mercado interno. Dessa forma, o excedente em mãos da classe dirigente tende a originar formas de consumo suntuário ou filtrar-se para investimentos no exterior”.*

<sup>27</sup> No dizer de Furtado (1992, p. 124): *“Ao endividar-se no exterior, a fim de compensar desequilíbrios que têm sua origem em desajuste estrutural de balanço de pagamentos, o país periférico cria as condições para que esse desajuste persista e se agrave. (...) Como persiste o mesmo estilo de desenvolvimento, a insuficiência de poupança interna e a pressão no balanço de pagamentos continuam a agravar-se”.*

uma discrepância entre as economias centrais e as economias periféricas no que se refere à capacidade de aumentar a produtividade média do trabalho e a de socializar o excedente social gerado entre salários e lucros, fazendo com que o padrão de vida prevalente nos países centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas.

Para Furtado, o subdesenvolvimento resulta do fato de as elites dos países centrais – que monopolizam a apropriação do excedente – imprimirem um estilo de vida à periferia semelhante ao de suas classes. Na sua visão, a imitação dos padrões de consumo do centro tende a se reproduzir como um círculo vicioso na periferia, razão pela qual o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma etapa a ser superada com o simples crescimento econômico, conforme pretende a visão tradicional *rostowiana*<sup>28</sup>. Como diz Furtado (1984, p. 75): “*O crescimento econômico, tal o qual conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. [Essa] metamorfose (...) é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política*”.

Em seu esforço para compreender o subdesenvolvimento, Furtado abandona o instrumental economicista e recorre à história para mostrar como as tecnologias que vieram à tona com advento da Revolução Industrial na Europa do século XVIII, provocaram uma ruptura na economia mundial, colocando sérios limites ao desenvolvimento econômico das regiões periféricas. Em suas palavras: “... *a civilização surgida da revolução industrial européia conduz inevitavelmente a humanidade a uma dicotomia de ricos e pobres, (...) que se manifesta entre países e dentro de cada país de forma pouco ou muito acentuada. Segundo [essa] lógica somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social (...) A grande maioria dos povos terá que escolher entre a homogeneidade a níveis modestos e um dualismo social de grau maior ou menor*” (FURTADO, 1992, p. 13).

Furtado assinala ainda que, em razão da influência da cultural ocidental (européia) nos países periféricos, a tese que passou a ser difundida nesses países, mais particularmente na América Latina e, por extensão no Brasil, era que o subdesenvolvimento era um processo histórico pelo qual todos os países teriam necessariamente que passar, para só depois alcançarem o desenvolvimento econômico. Ou seja, entorpecida pela ocidentalização cultural, as elites políticas *colonializadas* da periferia capitalista acreditavam cegamente que o subdesenvolvimento era uma etapa necessária pela qual todos os países haveriam de passar. Contrariando essa visão tradicional, Furtado mostra claramente, que os países contemporaneamente desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora tenham sido não-desenvolvidos nos estágios iniciais de sua formação.

A rigor, há muito tempo que Furtado advoga a tese de que o subdesenvolvimento não deve ser estudado como uma fase do processo de desenvolvimento, como se essa fase fosse superada caso as economias subdesenvolvidas reproduzissem os padrões de desenvolvimento prevalentes nos países

---

<sup>28</sup> A esse respeito consultar Rostow (1974).

avanzados. Em publicações mais recentes, podemos ver que Furtado reafirma de forma cada vez mais convicta o que já havia escrito no início dos anos 1960<sup>29</sup>.

Em verdade, a história tem demonstrado com bastante clarividência, que nem o passado e nem o presente dos países atualmente desenvolvidos se parece com o passado ou presente dos países subdesenvolvidos. Em termos históricos – se quisermos fazer uma incursão pretérita – podemos perceber que os países que não conseguiram se beneficiar do excedente econômico gerado internamente, durante os seus primeiros estágios de desenvolvimento e acumular riquezas, foram relegados a desempenhar uma função complementar no processo de acumulação de capital em favor dos países mais bem situados industrialmente. Nesse sentido, é pertinente enfatizar que desde os seus primeiros estudos, Furtado (1954) já demonstrava que a colônia tenderia a ser uma extensão da economia metropolitana, cujos padrões culturais ela preservaria. A esse respeito, cabe recordar ainda uma frase cunhada por Corbisier, que foi aceita sem recusa e repetida várias vezes pelos pesquisadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que faz a seguinte asserção: “*tudo na colônia é colonial*”<sup>30</sup>. Assim sendo, como no Brasil o subdesenvolvimento não pode ser mais identificado com o estatuto colonial, em decorrência da conquista ou doação da sua autonomia política, deve-se, portanto, adotar a imprecisa denominação de semi-colônia. Se quisermos fazer uma analogia com a frase de Corbisier, levando em conta que pouca coisa se alterou em termos da exploração secular a que foi submetida a massa da população brasileira, poderíamos asseverar com certa dose de exagero, que “*tudo é subdesenvolvido num país subdesenvolvido*”.

Em síntese, o que se pode reter da teoria do subdesenvolvimento de Furtado é que ela se traduz claramente numa tomada de consciência sobre as limitações impostas às nações periféricas pela divisão internacional do trabalho, que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. Historicamente, não é difícil perceber, que nos países periféricos, o avanço da acumulação capitalista nem sempre se traduziu em transformações sociais, de forma que pudesse produzir modificações significativas na distribuição da renda adicionalmente gerada e na destinação do excedente. Em verdade, não podemos esquecer que na periferia, a acumulação de capital sempre esteve primordialmente a serviço da internacionalização dos mercados que acompanhou a difusão da sociedade industrial.

Não obstante, a despeito de deixar transparecer desilusões quanto à possibilidade de superação da maldição do subdesenvolvimento, em “*O Capitalismo Global*”, Furtado (1998) aponta algumas possibilidades de escapatória dessa incômoda situação imposta pelo sistema de divisão internacional do trabalho. Nessa perspectiva, afirma Furtado (1998, p. 49-50) que, para desenvolver-se a partir de um nível relativamente baixo de acumulação de capital, levando-se em conta as heranças das malformações sociais impostas pela divisão internacional do trabalho e pelos estrangimentos causados pela internacionalização

---

<sup>29</sup> Pode-se constatar isso nas seguintes passagens: “... o subdesenvolvimento, é (...) um processo histórico autônomo, e (...) não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas” (FURTADO, 1961, p. 180/191). Duas décadas depois, recorda que: “A verdade é que todos nós já percebemos que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É, em si, uma situação particular, resultante da expansão destas, que buscam utilizar recursos naturais e mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista” (FURTADO, 2002, p. 30). Em outra ocasião, reafirma que: “... o subdesenvolvimento não pode ser estudado como uma ‘fase’ do processo de desenvolvimento, fase que tenderia a ser superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneas das economias desenvolvidas, das quais, de uma ou de outra forma, dependem, as economias subdesenvolvidas não podem reproduzir a experiência daquelas” (FURTADO, 2003, p. 88).

<sup>30</sup> A esse respeito consultar Toledo (1977, p. 68).

dos mercados, necessário se faz algumas condições, que ele – imaginando serem suficientes para romper o subdesenvolvimento – resume basicamente em três estratégias, conforme se segue: i) coletivização dos meios de produção – estratégia essa que se baseia no controle coletivo das atividades econômicas, seja pela autogestão e/ou planificação centralizada; ii) prioridade à satisfação das necessidades básicas – estratégia que implica em privilegiar a satisfação de um conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias; e iii) ganho de autonomia externa – alternativa que consiste em assumir uma posição ofensiva nos mercados internacionais, visando orientar os investimentos que possam favorecer os setores com maior potencial e capacidade de competição externa<sup>31</sup>.

Grosso modo, as estratégias delineadas por Furtado com o intuito de reverter a condição de subdesenvolvimento tomam por base algumas experiências que foram levadas a cabo na segunda metade do século passado, notadamente, a partir dos anos 1960, por algumas economias periféricas que tiveram a ousada iniciativa de programarem políticas voluntaristas de desenvolvimento sem se submeterem ao processo de mundialização de valores imposto pela lógica da economia de mercado. Embora não faça referência direta, Furtado certamente faz menção às experiências seguidas por algumas economias asiáticas – que de alguma forma executaram políticas nesse sentido – em particular, por Hong Kong, Coréia do Sul, Formosa, Índia e China, que tiveram resultados excepcionais em suas políticas de desenvolvimento, a partir de fortíssimo investimento em capital humano e em inovações tecnológicas.

O ponto de partida das economias que reagiram à dominação estrangeira e procuraram traçar seu próprio caminho rumo a uma estratégia de desenvolvimento mais equânime, cujo objetivo foi sempre ganhar autonomia no ordenamento de suas atividades econômicas, com vista à redução das desigualdades sociais, como o próprio Furtado demonstra *“foi sempre a crítica da forma como se vem difundindo a civilização industrial, das situações de dependência criadas pela divisão internacional do trabalho e das malformações sociais geradas na periferia pela lógica dos mercados”*. Nesse modelo, Furtado deixa claro que: *“As experiências referidas deixam claro que, no mundo atual, certas condições devem ser cumpridas pelo país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento”* (FURTADO, 1998, p. 53). Pode-se perceber nessa interpretação, que o esforço teórico perseguido por Furtado, consiste na luta para preservar a identidade nacional diante dessa aventura sem prumo do processo civilizatório. Em síntese, o esforço teórico esboçado por Furtado para entender o subdesenvolvimento e encontrar uma saída para interromper essa trajetória incômoda da economia brasileira, baseia-se no fato de que para ele, é simplesmente inconcebível pensar em desenvolvimento diante da situação de dependência.

## **5. Considerações finais**

Conforme enfatizamos inicialmente na introdução deste artigo, a nossa intenção era bastante modesta e consistia apenas em fazer uma análise preliminar sobre a trajetória da dependência e do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, na visão dos estudos clássicos de Prebisch, Furtado e Cardoso, na perspectiva de buscar respostas nesses autores (se é que existem) para a superação dessa desconfortável condição que parece ter condenado a América Latina e o Brasil a degenerar nas *chagas* da dependência financeira, tecnológica e econômica dos países mais desenvolvidos e industrializados.

---

<sup>31</sup> Uma versão preliminar dessa proposta já havia sido antecipada num texto anterior de Furtado (1994).

Como foi demonstrado, tanto no pensamento de Prebisch-Cepal, como em Furtado (até pelo menos meados dos 1960) a industrialização era vista não só como um mecanismo de ampliação da capacidade de geração de emprego e redistribuição de renda, mas também como a única via factível para a superação do subdesenvolvimento e ruptura com a situação de dependência. Além disso, a industrialização também concorria para buscar o caminho da autonomia dos países latino-americanos e, dentre eles, o Brasil, em particular, condição indispensável para lograr o desenvolvimento.

Não obstante, após mais de uma década de política industrial-desenvolvimentista-cepaliana e de acelerado crescimento industrial, o Brasil continuava “à trasado” e o subdesenvolvimento não desaparecera, mas ao contrário, o distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada em desfavor da massa da população continuava a crescer. Essa situação, além colocar em descrédito o postulado *cepalino* gerou um desconforto em Furtado e abriu espaço para dissidências e críticas, dentro e fora da Cepal, em que tem lugar a autocrítica *furtadiana* e o surgimento da chamada de “teoria” da dependência.

De acordo com as análises da escola da dependência, em que se sobressaem as proposições de Cardoso, o modelo de industrialização preconizado por Prebisch-Cepal e também endossado por Furtado (antes de sua autocrítica nos anos 1960) não só era incompatível com as condições prevalecentes na América Latina e, especialmente no Brasil, como também não trazia as conseqüências esperadas pelos seus proponentes, dado que a industrialização era comandada por grupos estrangeiros, cujos centros de decisão localizavam-se no exterior, fugindo parcial ou totalmente ao controle dos agentes locais. Além disso, a industrialização não gerava emprego na proporção que era necessária para absorver o contingente de trabalhadores desempregados, porque era assentada em tecnologia com maior densidade de capital e, portanto, poupadora de mão-de-obra. Daí que, na opinião de Cardoso – opinião que não é compartilhada pelas outras tendências dependentistas – a única alternativa exequível que se apresentava à América Latina e ao Brasil, em particular, era a abertura de seus mercados para os *generosos* investimentos estrangeiros, processo que o autor denomina de “*internacionalização do mercado interno*” e nós preferimos chamar de acomodação subordinada.

Já para Furtado, ao contrário, o processo de internacionalização dos mercados comandado pelas empresas transnacionais aprofundava o endividamento externo, em razão de desequilíbrios nos balanços de pagamentos, resultando no enfraquecimento do aparelho do Estado na regulação da economia e, por conseguinte, em aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento. Na opinião de Furtado essa tendência decorria do fato de toda economia subdesenvolvida ser necessariamente dependente, dado que o subdesenvolvimento é produto da situação de dependência. Sendo assim, diante da situação de dependência tornava-se inconcebível pensar em desenvolvimento econômico.

## 6. Bibliografia

- BAMBIRRA, Vania. *El Capitalismo Dependiente Latinoamericano*. 6. ed. México: Siglo Veintiuno, 1979.
- BARAN, Paul Alexander. “Sobre la economía política del atraso”. 1952. Disponible en: <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/textos/baran.htm> Acceso en: deshebro de 2000.
- BETTELHEIM, Charles. “A problemática do subdesenvolvimento”. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- BLOMSTRÖM, Magnus y HETTNE, Björn. *La Teoría del Desarrollo en Transición*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política de Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. (1ª edição 1980).
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Desenvolvimento: o mais político dos temas”. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 4, out.-dez. 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: LTC, 1970. (1ª edição 1969).
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTRO, Anna Maria de. (Org.). *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CEPAL. *Transformación Productiva com Equidad*. Santiago de Chile, 1990.
- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 1996.
- CHIANG, Alpha C. “Efeito -demonstração e modernização dos agentes”. In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- COUTROT, Thomas. “Dependência e informalidade: antigas e recentes controvérsias”. *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, nº 29, mar. 1991.
- ECKHAUS, R. S. “O problema das proporções fatoriais nas zonas subdesenvolvidas”. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- FRANK, André Gunder. *Lumpenburguesia: lumpendesarrollo*. México: Era, 1971.
- FRANK, André Gunder. “The development of underdevelopment”. In: COCKCROFT, James D.; FRANK, André Gunder and JOHNSON, Dale. *Dependence and Underdevelopment: Latin America’s political economy*. New York: Anchor Books, 1972.
- FRANK, André Gunder. *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FRANK, André Gunder. “Nueva visita a las teorías latinoamericanas del desarrollo: un ensayo de reseña participativo”. *Nueva Sociedad*, Caracas, nº 113, mayo-junio. 1991.
- FURTADO, Celso. “Características gerais da economia brasileira”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 4, nº 1, mar. 1950.
- FURTADO, Celso. “Formação de capital e desenvolvimento econômico”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 6, nº 3, set. 1952.
- FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- FURTADO, Celso. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- FURTADO, Celso. *Perspectiva da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- FURTADO, Celso. *Análise do “Modelo” Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: 1983.
- FURTADO, Celso. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, Celso. “O subdesenvolvimento revisitado”. *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 1, ago. 1992.
- FURTADO, Celso. “A invenção do subdesenvolvimento”. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, abr.-jun. 1994.

- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FURTADO, Celso. *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª edição 1959).
- GONÇALVES, Reinaldo. *et all. A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- GRAGEA, Ángel Maria Casas. (Ed.). *La Teoría de la Dependencia*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, 2005.
- KEY, Cristóbal. “Teorías latinoamericanas del desarrollo”. *Nueva Sociedad*, Caracas, nº 113, mayo-junio, 1991.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. *et all. Economia Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LEWIS, W. Arthur. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada da mão-de-obra”. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARTINS, Carlos Eduardo. “Theotônio dos Santos – Introducción a la vida y la obra de um intelectual planetario”. En: *Los retos de la globalización. Ensayos de homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: Unesco, 1998. Tomo I.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. México: Siglo Veintiuno, 1972. (1ª edição 1969).
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000. (1ª edição 1973).
- MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968. (1ª edição 1956).
- NURKSE, Ragnar. “Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico”. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- PALMA, Gabriel. Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment? In: *Word Development*, Vol. 6. Pergamon Press, 1978.
- PREBISCH, Raul. “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, ano 3, nº 3, set. 1949.
- PREBISCH, Raul. “El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal*. Santiago de Chile, 1998a. Volumen I.
- PREBISCH, Raul. “Estudio Económico de América Latina, 1949”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal*. Santiago de Chile, 1998b. Volumen I.
- PREBISCH, Raul. “Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico”. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Volume I.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- RODRIGUEZ, Octávio. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. “Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”. In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. (1ª edição 1961).
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie: Os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Theotonio dos. “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina”. In: JAGUARIBE, Hélio. et al. *La Dependencia Político-Económica de América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1970.
- SANTOS, Theotonio dos. *Socialismo o Facismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1972.
- SANTOS, Theotonio dos. *Dependencia y Cambio Social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- SANTOS, Theotonio dos. *Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- SANTOS, Theotonio dos. *A Teoria da Dependência: Balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SINGER, Hans W. "The distribution of gains between investing and borrowing countries". *American Economic Review*, may, 1950.
- SINGER, Hans W. "O mecanismo do desenvolvimento econômico". In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- SUNKEL, Osvaldo. "La natureza de la dependencia latinoamericana". In: VILLARREAL, René. (Org.). *Economía Internacional II. Teorías del imperialismo, la dependencia y su evidencia histórica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. "Subdesenvolvimento -desenvolvimento como movimento social". In: PEREIRA, Luiz. (Org.). *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- WALLICH, Henry C. "Algumas notas para uma teoria do desenvolvimento derivado". In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- VINER, Jacob. "A economia do desenvolvimento". In: AGARWALA, E. S. e SINGER, S. P. (Coords.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.